

Carlos Drummond de Andrade: um *gauche* no Estado Novo

Carlos Drummond de Andrade: a Gauche in the Vargas Dictatorship

Mariana Quadros

Colégio Pedro II | Rio de Janeiro | RJ | BR

quadros.mariana@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1653-3226>

Resumo: A participação de Carlos Drummond de Andrade no Estado Novo foi alvo de intensos debates, quase sempre marcados pelo predomínio dos juízos de valor. Ora predomina o tom acusatório ora a busca por absolver o poeta por seu cargo como alto funcionário do Ministério da Educação entre 1934 e 1945. O embate decorre da contradição entre o posicionamento à esquerda do autor e o autoritarismo direitista da ditadura Vargas. Pretendemos retomar essas discussões, com o propósito de compreender as ações do escritor no governo em vez de julgá-las. Também objetivamos analisar de que forma a poesia drummondiana participa desse contexto.

Palavras-chave: Carlos Drummond de Andrade; Estado Novo; intelectuais e política; literatura e história.

Abstract: Carlos Drummond de Andrade's participation in the Estado Novo was the subject of intense debate, often marked by the predominance of value judgments. At times, an accusatory tone predominates, at others, an attempt to absolve the poet due to his position as a high-ranking official in the Ministry of Education between 1934 and 1945. The clash stems from the contradiction between the author's left-wing stance and the right-wing authoritarianism of the Vargas dictatorship. We intend to revisit these discussions, aiming to understand the writer's actions in government rather than judging them. We also aim to analyze how Drummond's poetry participates in this context.

Keywords: Carlos Drummond de Andrade; Estado Novo; intellectuals and politics; Literature and History.



1 Introdução

Carlos Drummond de Andrade celebrou-se não só por sua prosa e poesia de densidade ímpar. Foi importante servidor público ao longo de mais de três décadas. Um de seus cargos tem lugar de destaque nessa longa trajetória na burocracia: entre 1934 e março de 1945, ele foi chefe de gabinete de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde. O período coincide com o regime ditatorial instaurado em 1937 e encerrado por golpe em 1945. Corresponde também à fase em que a escrita de Drummond mais ricamente manifesta sua “viva inclinação intelectual”¹ à esquerda ao escavar na poesia as possibilidades e dilemas da contestação política.

A contradição não escapou ilesa a analistas. Mais do que isso, tornou-se verdadeiro lugar-comum da crítica:

Se é verdade – como já apontou fartamente a literatura especializada – que foi extensa a participação de intelectuais na montagem dos projetos de ação política para diversas áreas (educação, cultura e patrimônio), na formulação de todo um sistema doutrinário de legitimação do Novo Estado, na definição de um grande projeto de propaganda que passou pelos diversos canais de difusão (imprensa, rádio, cinema e teatro), também é verdade que alguns intelectuais mais que outros foram alvos preferenciais das cobranças que se fizeram depois. Correndo o risco de exagerar, eu diria que poucos despertaram tanta indagação (e foram tão instados a “explicar-se”) sobre a aproximação com o regime autoritário quanto o poeta Carlos Drummond de Andrade, a ponto de não se poder fazer menção ao mais notório ministério do regime Vargas sem a lembrança inconfortável do fiel e permanente chefe de gabinete do ministro Capanema ao longo dos 11 anos em que permaneceu no cargo (Bomeny, 2001, p. 21).

O escritor tentou rebater as acusações. Em 23 de fevereiro de 1980, ele usaria parte de sua coluna no *Jornal do Brasil* para defender a “independência” e a “competência” dos intelectuais que compuseram as repartições do Estado Novo:

Em livro recente, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, o sociólogo Sérgio Miceli me coloca entre os escritores que, “situados entre os objetos de devoção da crítica militante nos aparelhos de celebração que circulam entre as panels de letrados, buscam minimizar o quanto suas obras devem aos laços clientelísticos de que são beneficiários”. [...] Quanto a mim, simples auxiliar de confiança de Gustavo Capanema, de quem sou amigo desde os bancos escolares, exerci mera função burocrática, destituída de qualquer implicação política ou ideológica, sem vinculação direta ou indireta com Getúlio Vargas. Capanema passou a ser, em 1937, Ministro do Estado Novo? Na verdade, antes e depois desse ano, foi sobretudo um promotor de cultura nada oficial, pois aberta à livre criação e às inquietações e indagações do seu tempo. Por isso mesmo, foi combatido no próprio interior do sistema. Posso dizer, sem jactância, que também eu nada fiquei devendo à política de clientela (Andrade, 1980, p. 7).

¹ Expressão encontrada em carta remetida por Drummond a Capanema em março de 1936. Documento preservado pelo Arquivo Gustavo Capanema no CPDOC/FGV.

Esta é uma evidente peça de autodefesa; por isso, duplica ou diversifica as simplificações e omissões que deseja combater. Como em relação às propaladas cobranças em relação à participação de Drummond na burocracia estadonovista, convém não aceitar de antemão o ponto de vista defendido pelo cronista. O próprio escritor não deixou, aliás, de registrar os impasses decorrentes da rotina burocrática. Em carta a Cyro dos Anjos datada de 4 de novembro de 1936, Carlos lamenta:

Mas você perdoará essas lamúrias de um indivíduo socialmente inútil (eis o que me tem impressionado ultimamente: a minha pavorosa inutilidade), que não tendo a coragem cívica do suicídio, nem a de ir lutar na Espanha ao lado da Pasionaria, se deixa ficar torpemente diante de uma mera vida de burocrata, escrevendo cartas de respostas a pedidos de encargo e de posse. Minha vida é bastante escrota para que eu tenha a pretensão de ocultar a verdade. Você me perdoará – e dirá amavelmente que não, que sou o grande poeta da Floresta etc. Ao que darei uma banana para V. e outra para mim mesmo e me confessarei eternamente perturbado (Andrade, 1936, p. 89-91).

Trata-se de uma das várias manifestações autoincriminatórias no epistolário de Drummond. Cumpre não absolutizá-las. Ainda assim, chama atenção o contraponto entre a ação política – socialmente útil – e a “escrota” atividade laboral sufocada pelas tramas do clientelismo.² A nulidade do trabalho seria reafirmada um pouco depois: “Aqui não tenho feito nada, isto é, tenho trabalhado muito. Você sabe o que é uma vida inteiramente amasiada à burocracia? É ridículo mas trágico: afinal, tem uma certa grandeza” – afirma ele ao mesmo amigo em 1º de junho de 1938 (Andrade, 2012, p. 103). A tragicomédia da rotina burocrática se expressa em termos morais ou mesmo eróticos: “amasiar-se” tem entre suas acepções “juntar-se em mancebia ou concubinato”, “manter relações ilícitas ou indignas”. Qual grandeza resta quando trabalho e vida se amancebam sem mais? Aparentemente, apenas a da entrega total embora ao nada.

Será realmente assim? Os registros em arquivos e as pesquisas históricas levam a crer que não, como pretendemos demonstrar. De um lado, há o convívio com os bastidores e compromissos de um Estado autoritário – e isso não redundava em “nada”. De outro, as clivagens de um intelectual crítico ao regime a que servia – e que constrói sua obra “sob a proteção da Ordem Burocrática”. “Como um louco manso e subvencionado”? – poderíamos questionar, retomando as palavras do próprio autor (Andrade, 2011, p. 112) sobre os funcionários-literatos. Esta é a questão que mobiliza este ensaio.

² A correspondência passiva de Carlos Drummond de Andrade traz inúmeros exemplos de pedidos de favor e de cargos ao chefe de gabinete do Mesp. Ele próprio, em carta a Gustavo Capanema de 29 de maio de 1951, não hesitaria em solicitar a nomeação de uma “eleitora” do então deputado federal em bases inegavelmente clientelísticas: “aqueles raros eleitores que cabulei em favor de sua candidatura estão agora, como bons mineiros, cobrando o voto. E eu não tenho remédio, perturbando embora seus trabalhos, senão encaminhar a V. as pretensões que eles gulosamente me expõem” (Andrade, 1951, doc. inédito, s.p.).

2 O vinco burocrático

Em entrevista concedida em 1954, Carlos Drummond de Andrade recorda a repercussão de sua nomeação no gabinete do Ministério da Educação e Saúde Pública:

Em 1934, vim para o Rio servir no Gabinete de Gustavo Capanema, ministro da Educação. O autor da pedra em posição-chave no Ministério que cuida do ensino! O solecismo “tinha uma pedra”, em lugar de “havia uma pedra”, erigido em norma oficial de linguagem... Capanema sempre foi o mais indulgente dos homens. Não se podia atacar o Estado Novo, porque a censura do DIP vigiava e rosnava. Mas atacar o Capanema, podia; ele dava liberdade, e além do mais não tinha cobertura política em Minas, onde Benedito Valadares lhe fazia pirraças enciumadas. Então, pau no Capanema. Entre outras coisas, a pedra servia para mostrar que só podia ser maluco um ministro que tinha um secretário maluco (Andrade, 2008, p.48-49).

O trecho dá a ver que a poesia de Carlos Drummond, até quando não tematiza assuntos diretamente sociais, foi o cerne de debates próprios da esfera civil. Os versos polêmicos de “No meio do caminho” foram usados por adversários como exemplo da inépcia da pasta de Gustavo Capanema: “Na realidade, não era propriamente um ataque literário a mim. Era um ataque político que assumia uma feição literária” – resumiria Drummond décadas depois (1982, p. 160). Por outro lado, entre intelectuais e artistas, o texto era abonado como emblemático da excelência do poeta: “Acho isto formidável. Me irrita e me ilumina. É símbolo”, avaliou Mário de Andrade em carta de 1º de agosto de 1926 (Andrade, 1926, p. 232). Por sua vez, Manuel Bandeira, em crítica a *Alguma poesia*, considerou “No meio do caminho” um “poema formidável de desalento” (Bandeira, 1930, p. 3).

As leituras divergentes da poesia do autor recompunham a ambivalência da participação do intelectual na vida pública. Apesar dos ataques dos oposicionistas, a reconhecida riqueza da poesia drummondiana depunha a favor de um regime composto por funcionários capazes e vanguardistas, aptos portanto à modernização institucional almejada. Não só por ele.³ O período foi marcado pelo “consórcio de interesses e projetos” entre escritores e políticos, que seria analisado por Miceli em ensaio mais recente: “Os escritores valeram-se dos amigos pistolões no acesso aos escalões superiores da burocracia; os políticos se legitimavam pela aura de bacharéis cultos, apreciadores das letras e das artes” (Miceli, 2022, p. 25).

Essa “permuta de trunfos” – embora não seja exclusiva da relação entre Carlos Drummond e Gustavo Capanema – tem na dupla um exemplo ímpar. Alguns analistas reconhecem a complementaridade entre o ministro, homem de ação, e seu chefe de gabinete, homem de letras, “na qual cada um assumia de forma exclusiva um dos papéis”: “É como se Capanema fizesse a política de Drummond, e este realizasse as ambições intelectuais do chefe e do amigo” (Schwartzman et al., 2000, p. 42).

Há, porém, exagero em afirmar que Capanema fez a “política de Drummond”. De um lado, o projeto de educação de Capanema assumia posição conservadora e direitista. De outro, Carlos se aproximava cada vez mais do ideário de esquerda, combatido pelo chefe. A

³ Vários outros escritores, de diferentes matrizes ideológicas, exerceram cargos públicos ou prestaram serviços ao Estado entre 1930 e 1945: Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Graciliano Ramos, José Lins do Rego...

contradição não escapa aos interesses do regime, todavia. O emprego de um homem com tendências esquerdizantes parecia garantir a abertura do Estado aos opositores, desde que comprovassem sua eficácia nos quadros do governo federal. A atividade literária e política do alto funcionário público estava capturada por um mecanismo que aproveitava também as divergências. Em outras palavras: a aclamada densidade crítica e a inovação do escritor, transformado em alto funcionário, constituíram importante moeda simbólica para o novo governo, empenhado em uma modernização que no entanto não revolucionasse a estrutura sociopolítica nacional. Ao revés, os esforços por romper esse mecanismo de apreensão dos poemas – da metamorfose de seus resultados estéticos em símbolos de inovação também política – constituem o chão a partir do qual Drummond caminha para a “praça de convites”.

Essa proeminência de Carlos Drummond de Andrade no funcionalismo levou-o a ser destaque nas reflexões sobre o papel do intelectual no Estado brasileiro, as quais o assimilaram por vezes a um grupo abstrato. As particularidades de sua vida pública foram, assim, relegadas. Sergio Miceli (1979), em seu estudo pioneiro sobre a questão, deu aos versos de “Os bens e o sangue” (de *Claro enigma*), “Confidência do itabirano” (de *Sentimento do mundo*) e “Explicação” (de *Alguma poesia*) a função de epígrafes do ensaio a defender a cooptação dos intelectuais pelo regime varguista. Os poemas resumiriam a tese de que os homens de letras empregados no novo governo faziam parte de um grupo de “deserdados” das oligarquias em declínio, os quais converteram seu capital social e cultural em moeda de troca para obter cargos públicos. Ao fazê-lo, garantiriam as condições materiais para produzir suas obras artísticas e literárias, mas teriam suas possibilidades de oposição ao regime cerceadas ou ao menos restringidas:

[...] eles acabam negociando a perspectiva de levar a cabo uma obra pessoal em troca da colaboração que oferecem ao trabalho de ‘construção institucional’ em curso, silenciando quanto ao preço dessa obra que o Estado indiretamente subsidia. Na condição de presas da máquina do Estado e, ao mesmo tempo, desejosos de se livrarem dos cerceamentos que costumam incidir sobre os praticantes de uma arte e uma literatura oficiais, resolveram esse dilema cedendo ao encanto de justificações idealistas (Miceli, 1979, p. 158).

Submetidos a uma “servidão” voluntária, na expressão do sociólogo (1979, p. 158), os intelectuais calavam quanto a um sistema institucional de que se beneficiavam.

Essa hipótese pode ser refinada, entretanto. A “construção institucional em curso” talvez não fosse percebida como um peso, mas um projeto a ser defendido pelos intelectuais modernistas. Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, apesar das divergências ideológicas com o regime, defende a burocracia:

Entendia-se até há pouco que a burocracia era inseparável de um formalismo rígido, de um gosto excessivo pelas fórmulas em si, e o burocrata um homem incapaz de afirmar ou negar qualquer coisa, porque atrás dele está a montanha de leis e regulamentos, e as leis e regulamentos provam tudo e não exprimem nada. Dedicando-se a esse mister, o homem renunciava assim ao que houvesse de particular no seu temperamento e desistia de qualquer consideração individual dos fatos a ele propostos. Entretanto, a verdade é que é possível ser burocrata com paixão e gastar neste como em qualquer outro gênero de vida toda a nossa força de amar, de brigar, de sofrer e de ser feliz. Da burocracia tenho vivido e ela nunca me impediu de ser eu mesmo [...] (Andrade, 2011, p. 28-29).

Esse ponto de vista corrobora a tese de Daniel Pécaut em *Os intelectuais e a política no Brasil*. O sociólogo discorda de que, nas décadas de 1920 a 1940, a adesão dos intelectuais brasileiros à burocracia estivesse estabelecida somente ou sobretudo pelos interesses pessoais dos novos funcionários públicos. A politização expressaria a conversão dos modernistas à práxis política, uma vez que – não obstante os desacordos com o regime ditatorial – eles comungavam com o Estado o objetivo de ajudar a construir a identidade nacional, processo obstado pela manutenção das obsoletas instituições da Primeira República:

Da mesma forma, as convicções políticas não foram meramente ditadas pelas conveniências de acesso aos empregos, como também a circunstância de serem herdeiros sem heranças não basta para explicar por que esses intelectuais se sentiam investidos de uma missão política. Para compreender este fenômeno, é preciso considerar o modo como interpretaram politicamente as suas vicissitudes. Estavam, acima de tudo, desiludidos com a República, não por ela ter arruinado a influência das oligarquias, mas, ao contrário, por ter permitido que essa influência se prolongasse indefinidamente no quadro das transações regionais. Aspirando à organização da nação pelo poder, reagiram contra a “oligarquização” das instituições. E sua politização não foi um mero pretexto para promover interesses próprios, mas, antes de tudo, expressava sua conversão à ação política (Pécaut, 1990, p. 21).

A participação de Drummond no funcionalismo participa, pois, de um contexto amplo e complexo em que o Estado foi reconhecido como o lugar da renovação social. Não sem contradições e decepções, inclusive e especialmente para o angustiado poeta mineiro, conforme sintetiza Simon Schwartzman:

Explicar a presença incômoda de Drummond neste ministério por simples razões de amizade, ou dizer que sua atuação foi simplesmente burocrática e administrativa, é fazer pouco de sua inteligência e seus valores. Pelo que sabemos, Drummond tratou, naqueles anos, de manter aberto o espaço para o lado mais criativo e moderno do Ministério Capanema e do país, o da cultura, do patrimônio histórico e das artes, e desta maneira talvez tenha se resignado a assistir impotente o que ocorria na área da educação⁴ (Schwartzman, 1997, p. 14).

Temos um cenário com mais dimensões do que a do simples desejo de “levar a cabo uma obra pessoal”, como quis Miceli. Carlos Drummond de Andrade foi importante interlocutor dos modernistas no governo, com participação em projetos diletos do grupo que se aproximou de Capanema: ele se envolveu na eleição do projeto do edifício do Ministério da Educação, marco da arquitetura moderna; foi o intermediário no convite para que Mário de Andrade formulasse o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; moveu constantes esforços para que pedidos do diretor do Sphan fossem atendidos pelo ministro.⁵

⁴ É importante afirmar, no entanto, que – a despeito da posição à esquerda de Drummond –, não são conhecidos registros das discordâncias do autor em relação ao projeto educacional do amigo. Ao contrário, anos depois, ele aplaudiria a atuação do ministro: “Capanema foi no MEC uma usina de ideias que se tornaram realidades. Varreu a rotina e implantou novas formas de educar e civilizar o homem brasileiro” (Andrade, 1978, p. 5).

⁵ O arquivo Carlos Drummond de Andrade no AMLB/FCRB preserva carta remetida por Rodrigo Melo Franco de Andrade com o parecer de “arquiteto de talento e digno de toda confiança” a respeito dos projetos submetidos ao concurso para o edifício do Ministério da Educação. O documento participa da articulação para que o resultado do edital público não seja considerado – como ocorreu. O diretor do Sphan, em documento de 4 de

Além disso, é possível distinguir entre os ideólogos do regime e os empregados do Estado – que servem ao governo, mas com algum grau de independência. Assim fez Candido no prefácio de *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil*. Nesse texto, novamente Carlos Drummond de Andrade tem uma posição especial: é agora o exemplo de intelectual que não teria ferido sua autonomia ao ingressar no funcionalismo. Nesse sentido, é possível que – salvo pelo anticomunismo, comprovadamente recusado por Drummond – ele não se sentisse impotente em relação à área da educação. Comprovar essa hipótese demandaria uma pesquisa mais longa.

A consulta ao arquivo de Drummond pode confirmar essa hipótese. O apoio ao recém-chegado imigrante Paulo Rónai é o melhor exemplo. Devido à implementação por Vargas de uma “política migratória restritiva e racista” (Carneiro, 2018, p. 118), com forte teor antissemítico,⁶ Rónai teve ignorados seus pedidos de apoio à extradição de parentes judeus, em risco pelo avanço do nazismo na Europa. Menos por Drummond. Em carta de 18 de março de 1945, o intelectual húngaro agradece:

Depois de tantas pessoas que me ouviram com amável desinteresse, você foi o primeiro que me deu atenção e fez com que eu fosse fazer-lhe pedidos não somente sem sentir-me humilhado, mas até com uma espécie de alegria. Ao procurá-lo, já sabia que sairia confortado. Entretanto, saía cada vez mais surpreendido pela naturalidade com que você me acudia. Após cada visita em seu escritório ou em sua casa eu guardava durante horas a impressão de que a bondade é uma coisa simples e natural (Rónai, 1945, doc. inédito, s. p.).

E lamentavelmente acrescenta, poucos meses depois:

Acabo de receber a notícia mais triste da minha vida. Minha mulher e mãe desapareceram durante a ocupação alemã da Hungria. Deportadas? Assassinadas? Provavelmente um e outro.

Neste momento, automaticamente, penso em você. Lembro-me tudo o que você fez para salvá-la. Se eu tivesse encontrado mais três homens como você, ela viveria. Em nome dela que, com menos de vinte e quatro anos, talvez tenha acabado a vida numa câmara de gás, agradeço-lhe o que fez (Rónai, 1945, doc. inédito, s. p.).

fevereiro de 1944, também agradece a transmissão de pedido a Capanema. Ele afirma: “Se não fosse o seu generoso patrocínio, não sei se este Serviço teria podido subsistir até agora. Acho improvável.” (Andrade, 1944, doc. inédito, s. p.). A participação de Drummond no convite para Mário de Andrade elaborar o anteprojeto do Sphan também está registrada em sua correspondência. A 16 de dezembro de 1934, Mário escreve a Carlos: “Logo que cheguei do Rio e do nosso almoço, andei matutando um pouco no que o Capanema me pedira. Depois a vida me tomou de novo e não organizei nada. Mas me volta sempre a lembrança daquilo. Como arte é difícil de proteger e de orientar, desde que não seja proteção ditatorial e particular a artistas! E eu ando com raiva dos artistas. Assim mesmo me andam cá bestando no cérebro umas ideiazinhas, talvez viáveis. Aí, todos juntos com o Capanema, falaremos sobre [sic]” (Andrade, 1934, p. 435).

⁶ Marcelo Bortoloti lembra que “Capanema também demonstrava sua tolerância à política antissemítica do Estado Novo”. Ao discutir o plano de ação do Estado Novo, o ministro a quem Drummond servia é “explícito com relação aos judeus. Indicam-se, como proveniências necessárias, a proibição da entrada destes elementos no país e a revisão dos processos de entrada já conclusos, com o fim de fazer reembarcar os que abusivamente foram aceitos” (Bortoloti, 2021, p. 272).

Esses documentos mostram a transformação de um “posto administrativo” em um “posto da simpatia humana”, nas palavras de Rónai. Estamos bem distantes do niilismo com que Drummond costumava descrever suas atribuições burocráticas.

Não devemos, todavia, ocultar sob o signo da independência o dilaceramento entre a prática do funcionário e os ideais do homem. Há registro de que a pena de Carlos Drummond tenha servido aos desígnios conservadores de Capanema. Por exemplo, em 1931, quando era oficial de gabinete da Secretaria do Interior de Minas, chefiada pelo amigo, o escritor redigiu⁷ o “Manifesto da Legião de Outubro Mineira”, o qual “reproduzia os mecanismos próprios da dominação oligárquica”, segundo Bomeny (1980, p. 149). A escrita se dissociava do autor, que não apôs seu nome ao documento de cunho conservador. Nesse caso, a independência do servidor preservou sua assinatura, como ocorreria também por vezes durante o Estado Novo. Em outras ocasiões, o nome próprio foi apostado a documentos burocráticos como parte das tarefas do servidor público: importava identificar quem responderia pelos atos administrativos. Nesses textos, de todo modo, predomina a impessoalidade burocrática e a submissão às hierarquias.⁸ O autor parece se apagar sob os rastros do funcionário.

Apagamento ambíguo, de toda forma. Embora a assinatura autoral de uma obra literária tenha funcionamento distinto da firma funcional, a identidade do signifiante remete à dramática vizinhança entre a pena serventuária e a escritura. Ainda mais porque, nessa época, “Carlos Drummond de Andrade” tornara-se a rubrica em um discurso transgressor estética e politicamente, as duas formas de violação sendo levadas ao limite nos poemas. Chama atenção o contraste do autoritarismo e anticomunismo estadonovistas aos versos contestadores de *Sentimento do mundo* e *A rosa do povo*, que desafiaram pilares do regime. Alguns deles circularam clandestinamente, como lembra Candido (2004, p. 25-26): “Naquele tempo Drummond difundia os seus poemas políticos impublicáveis por meio de cópias remetidas aos amigos; estes, por sua vez, as multiplicavam e elas corriam o país, datilografadas e mimeografadas”. Trata-se de textos explicitamente comprometidos com ideais socialistas – e por isso a princípio “impublicáveis”: “Carta a Stalingrado”, “Telegrama de Moscou”, “Com o russo em Berlim”, “Mas viveremos”, “Visão 1944”. Não foi possível confirmar, contudo, a ampla difusão em segredo dos poemas. Em vez disso, há registros de que o poeta sugeria aos amigos o apagamento dos versos,⁹ quase todos publicados apenas quando do lançamento de *A rosa do povo*, após a demissão do escritor de seu cargo no Ministério da Educação e Saúde.¹⁰ Portanto,

⁷ Informação apresentada por Schwartzman, Bomeny e Costa com base em apontamentos de Gustavo Capanema: “No dia seguinte, 25 de fevereiro, ia ter nova ocupação, novos motivos de inquietação: o manifesto da Legião. Foi escrito pelo Carlos, revisto por mim, emendado, acrescido” (Capanema *apud* Schwartzman *et al.*, 2000, p. 55).

⁸ Recorro novamente a Bortoloti (2021, p. 266): “A documentação do período não mostra que ele tivesse poder ativo ou mesmo influência sobre as decisões de Capanema. O poeta era uma espécie de intermediário entre o ministro e o público, seja este interno ou externo ao ministério. Ele recebia, organizava e dava seguimento aos pedidos que vinham de fora e precisavam ou não da aprovação de Capanema, e fazia cumprir as ordens deste repassando suas determinações às instâncias competentes”.

⁹ Na edição crítica da poesia de Drummond, há a seguinte informação acerca de “Mas viveremos”, então intitulado “Fim da Terceira Internacional”: “Um datiloscrito do poema foi enviado por C.D.A. a Abgar Renault, acompanhado do seguinte bilhete em papel timbrado do Ministério da Educação e Saúde, Gabinete do Ministro: ‘Abgar:/ leia e... rasgue./ Seu/ Carlos/ 28.V.’” (Andrade, 2012, p. 478).

¹⁰ Seria possível acrescentar a esses fatores as tiragens reduzidas comuns nos livros de poesia da época. *Brejo das Almas*, coletânea anterior de Drummond, de 1934, teve edição de 200 exemplares, sem que houvesse qualquer perigo político. Essa restrição não decorre da servidão ao regime, mas de características próprias da poesia

se Drummond exerceu – nos termos de Candido (2004, p. 23) – sua “liberdade de pensar e escrever” apesar do cargo, por vezes teve de cercear o alcance público dos poemas.

Restrição semelhante ocorrera com *Sentimento do mundo*, de 1940, primeira obra em que fica visível a adesão de Drummond ao ideário de esquerda. O livro saiu em tiragem fora do comércio e reduzida, de 150 exemplares. Os tempos eram de “censura total” e havia a incompatibilidade entre a “posição política” do poeta e as “funções do chefe de gabinete”, conforme recorda Candido (2004, p. 24).¹¹ Tal retenção era contrabalançada, segundo o crítico, pela difusão razoável dos poemas “por meio de cópias feitas para leitores de empréstimo”. Miceli discordaria, em ensaio recente. Ele reconhece naquele procedimento um “gesto exclusivista”:

A despeito das justificativas da empreitada quase clandestina, a resguardar o autor de revides, tamanha discricão talvez visasse atenuar o petardo de veemência política em ruptura com o bom-mocismo no meio literário. Seja como for, o livro samizdat surgiu no auge da ditadura, assinado por homem forte da política cultural oficial. Na pele do autor, dando-se conta do enrosco ao assumir postura crítica de líder da inteligência cooptada e insurgente, Drummond deve ter concebido o esquema como impulso à divulgação boca a boca, por baixo do pano, o texto recopiado com os recursos da época, tanto mais instigante pelo acesso franqueado ao círculo de iniciados. Eis um fato perturbador no Brasil de 1940, com 56,1% de analfabetos e o contingente ínfimo de 20.017 estudantes no ensino superior: um livro incendiário destinado à fruição da intelectualidade atada à burocracia do regime, contrafeita, ambivalente, entre o encosto e a indignação, pressurosa da partilha de anseios recalcados (Miceli, 2022, p. 70-71).

A restrição do público não necessariamente elimina o teor contestatório da poesia, no entanto.¹² Além do mais, o confinamento dos poemas à “intelectualidade atada à burocracia do regime” pode ser confrontada por um fato: ao longo de 1935 – importante momento de articulação da oposição comunista no Brasil –, vieram a lume alguns poemas que em 1940 comporiam *Sentimento do mundo*. Em *O Jornal*, de ampla circulação à época, saíram o “Poema da necessidade”, “Sentimento do mundo”, “O operário no mar”, “Canção de berço” e “Os ombros suportam o mundo”. Em outubro de 1935, *Boletim de Ariel*, “mensário de letras, artes e ciências”, estampou “Os mortos de sobrecasaca”, do mesmo livro. Além disso, em 1942 – quando funcionário do Estado Novo, portanto –, Carlos Drummond de Andrade lançou sua poesia reunida por uma grande editora, a José Olympio. A edição foi comemorada em sua coluna por Álvaro Lins:

moderna: “A nossa época coletiva produz uma poesia, às vezes hermética, mas que, em todo caso, não é e não pode ser poesia para todos” – sintetiza Carpeaux (1999, p. 439).

¹¹ Dos poemas mencionados por Candido, apenas “Carta a Stalingrado” foi veiculado na imprensa antes da exoneração do escritor. Houve publicações fora da capital, referidas na edição crítica da poesia de Carlos Drummond de Andrade: em 27 jun. 1943, no *Unitário*, de Fortaleza, e, em 9 abr. 1944, no *Estado do Pará*, de Belém. Além dessas, localizamos reproduções do poema em *A Careta*, de São Paulo, em 20 de março de 1943, *A Tribuna*, de São Paulo, em 24 jul. 1943, *A Noite*, do Rio de Janeiro, em 7 dez. 1943, e *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em 26 nov. 1944.

¹² Recupero ponto de vista defendido por Álvaro Lins em crítica publicada à época do lançamento de *A rosa do povo*: “o sentido revolucionário da poesia do sr. Carlos Drummond de Andrade não é aquele que leva a arte a penetrar nas massas, a exaltá-las, a ajudá-las a ter consciência das suas próprias misérias e necessidades, mas aquele que transfigura o sentimento de inconformismo e revolta para que possa comover as chamadas elites intelectuais” (Lins, 1946, p. 3). De fato, embora nunca tenha abandonado o projeto de uma ampla comunhão, a poesia drummondiana do período não deixou de escavar os impasses para seu alcance social.

Desse poeta cujos livros não eram encontrados nas livrarias, que limitava, ele mesmo, com extremado rigor, o número de exemplares, tornados verdadeiras raridades, tem hoje o grande uma edição de obras completas, embora usada esta expressão num sentido transitório em face da sua idade e das suas condições atuais de capacidade criadora (Lins, 1942, p. 3).

Mais relevante do que a reduzida tiragem do livro parece ser uma característica estrutural: “a própria natureza” da poesia drummondiana “favoreceu a conciliação” entre seu teor contestador e o anticomunismo varguista. “A ambiguidade, a negação das próprias afirmativas, a insegurança do ‘eu’ no mundo não permitiam associá-la categoricamente ao “perigo vermelho”, como bem notou Marcelo Bortoloti (2017, p. 5).

Nesse sentido, é possível que os impasses vividos no contexto ditatorial incidam sobre a forma poética. Nos termos de Roberto Said:

Em sua experiência artístico-intelectual, Drummond representa-se, e é representado, cindido visceralmente entre o ‘literário’ e o ‘social’, entre o estético e o político. Essa disjunção, modernista por excelência, não deve todavia ser pensada de modo absoluto, pois o campo político e o campo cultural capturam-se mutuamente no período em questão. Entendo que é justamente a partir das fricções com a política que a prática poética drummondiana pôde traçar seu caminho desviante, seu percurso gauche (2005, p. 43).

Talvez a ruptura estabelecida pela poesia do autor mineiro se adense graças à experiência dilacerante desta outra escrita, alijada: aquela em que Carlos Drummond vê sua mão dirigida por forças políticas à primeira vista avessas à potência transgressora e ao conteúdo humano de sua obra literária. É possível defender que o testemunho prestado pelo poeta foi enriquecido pela observação de dramas tornados mais prementes quando visados a partir dos altos escalões da burocracia federal. Além disso, a obra do autor se diversificou no processo de constante questionamento dos limites estéticos e sociais – estes últimos sendo também delineados pela problemática cisão entre a mão do autor modernista e a do burocrata eficiente. Portanto, a separação rígida entre o nome do autor literário e do escritor funcionário talvez não precise se perpetuar para que concebamos a radicalidade da experiência poética drummondiana.

3 O que pode? – considerações finais

“Tenho apenas duas mãos/ e o sentimento do mundo”. Os versos introduzem e nomeiam o livro de Carlos Drummond de Andrade lançado em 1940, o primeiro mais claramente atravessado por ideais revolucionários. A abertura ao tempo presente na poesia se inicia, portanto, pela dúvida e pelo impasse. O convívio de esperança e ceticismo se manteriam nas coletâneas seguintes, elaboradas enquanto o escritor atuava como alto funcionário do Estado Novo.

A desconfiança sustentou também a ação política do intelectual, conforme registra seu diário:

Afinal, estou vagando e divagando em terreno que me é totalmente desconhecido, por maior que seja minha boa vontade em assumir um comportamento polí-

tico, espectador que sou e sempre fui de um espetáculo em que a ação verdadeira nunca é apresentada no palco, pois se desenrola nos bastidores e com pouca luz. *Qui peut un homme?* (Andrade, 2006 [fev. 1945], p. 40).

“O que pode um homem?”. O questionamento da atuação política coerente é obsessivamente retomado na escrita íntima de Drummond da época. “O que pode a poesia?”, ele tampouco deixou de interrogar em seus poemas do período. A angústia é comum, pois, ao escritor e ao funcionário, que não parecem ter encontrado uma resposta definitiva.

Também nós encerramos este percurso sem uma sentença fechada, de absolvição ou condenação. Isso não nos cabe. Esperamos, antes, haver contribuído para iluminar a difícil posição assumida por Carlos Drummond de Andrade em sua fase mais revolucionária. Para tanto, investigamos o escritor “em relação com suas atividades práticas”, conforme ele propôs em um ensaio a respeito do “vinco burocrático” na “mecânica literária” e na “personalidade artística” (Andrade, 2011, p. 170). Na obra drummondiana, os vincos deixados pela burocracia são inegavelmente os da complexidade.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia 1930-1962: de Alguma poesia a Lição de Coisas*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Passeios na ilha*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Tempo vida poesia*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. O verso é o meu sofá. *Manchete*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1982, p. 160-162. Entrevista concedida a Jorge de Aquino Filho.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. O yanomami sem sorte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1980. Caderno B, p. 7.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Capanema faz falta? Enorme. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 dez. 1978. Caderno B, p. 5.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Minha vida é simplesmente a única que me foi possível viver. Entrevista concedida a Martins D'Alvarez. In: RIBEIRO, Larissa Pinho Alves. *Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011. p. 28-29. (Encontros)
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Carta a Gustavo Capanema, 29 de maio de 1951*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Gustavo Capanema, Série Correspondências. Documento não publicado.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Cartas a Cyro dos Anjos, 4 nov. 1936 e 1º jun. 1938. In: MIRANDA, Wander Melo; SAID, Roberto. (org.). *Cyro & Drummond: correspondência de Cyro dos Anjos & Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Globo, 2012.
- ANDRADE, Mário de. Carta a Carlos Drummond de Andrade, 16 dez. 1936. In: FROTA, Lélia Coelho (org.). *Carlos e Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade – inédita – e Mário de Andrade: 1924-1945*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Carta a Carlos Drummond de Andrade*, 4 fev. 1944. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Rodrigo Melo Franco de Andrade, série Correspondência Pessoal. Documento não publicado.
- BANDEIRA, Manuel. Alguma poesia. *Diário Nacional*, São Paulo, 17 maio 1930, p. 3.
- BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 11-35.
- BOMENY, Helena. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 135-235.
- BORTOLOTTI, Marcelo. Drummond nos tempos de Capanema. *Terceira Margem*, v. 25, n. 46, 2021. p. 259-277.
- BORTOLOTTI, Marcelo. *Drummond: poesia, política e revolução*. 2017. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.
- CAMILO, Vagner. *A modernidade entre tapumes*. Cotia: Ateliê, 2020.
- CANDIDO, Antonio. Fazia frio em São Paulo. In: CANDIDO, Antonio. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 23-26.
- CARPEAUX, Otto Maria. Fragmento sobre Carlos Drummond de Andrade. In: CARPEAUX, Otto Maria. *Ensaios reunidos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. v.1.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Imigrantes indesejáveis*. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. São Paulo: Revista USP, n. 119, out.-nov.-dez. 2018, p. 115-130.
- LINS, Álvaro. Um poeta revolucionário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 fev. 1946. p. 2.
- LINS, Álvaro. Humor e poesia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 set. 1942. p. 3.
- MICELI, Sergio. *Lira mensageira: Drummond e o grupo modernista mineiro*. São Paulo: Fósforo, 2022.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.
- RÔNAI, Paulo. *Cartas a Carlos Drummond de Andrade*, 18 mar. 1945 e 12 nov. 1945. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Carlos Drummond de Andrade, série Correspondência Pessoal. Documentos não publicados.
- SAID, Roberto. *A angústia da ação: poesia e política em Drummond*. Curitiba: Editora UFPR; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. A transição mineira. In: SCHWARTZMAN, Simon. *A redescoberta da cultura*. São Paulo: EdUSP: Fapesp, 1997.